PAUTA
PARA A 11ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL À 4ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2015

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 18, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Dá a denominação de "Paulina Maria de Andrade" ao viaduto localizado no km 105,5 da Rodovia Presidente Castelo Branco (SP-280), em Boituva.

2 - Projeto de lei nº 19, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a Corporação Musical "Lira São José Operário", em Mogi das Cruzes.

3 - Projeto de lei nº 20, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Dispõe sobre o tempo máximo de espera para atendimento nas lojas de operadoras de telefonia fixa e celular.

4 - Projeto de lei nº 21, de 2015, de autoria do deputado Cauê Macris. Dispõe sobre o transporte de explosivos de qualquer natureza dentro do Estado.

5 - Projeto de lei nº 22, de 2015, de autoria do deputado Estevam Galvão. Dá a denominação de "Suehiro Kano" à rotatória localizada no km 63 da Rodovia Dom Paulo Rolim Loureiro, SP 098, no entroncamento com a Estrada Fujitaro Nagao e Estrada Mogi Taiaçupeba, SP 102, em Mogi das Cruzes.

6 - Projeto de lei nº 23, de 2015, de autoria do deputado Enio Tatto. Dispõe sobe a criação e implantação da Faculdade de Tecnologia - FATEC no município de Caieiras, como Unidade de Ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza".

7 - Moção nº 6, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine aos órgãos governamentais a adoção das providências necessárias, com urgência, visando a adequação de toda a estrutura dos Estádios (Arenas) construídos para os jogos da Copa, a serem utilizadas para a ministração de Cursos Técnicos Profissionalizantes para adolescentes, jovens e adultos.

8 - Moção nº 7, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine aos órgãos competentes a realização dos estudos necessários a fim de viabilizar a concessão de incentivos e/ou isenções fiscais para a produção, comercialização e utilização de lâmpadas LED (Diodo Emissor de Luz).

9 - Moção nº 8, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que empreenda esforços no sentido de obrigar as empresas de saúde a custear cirurgia reparadora após a realização de cirurgia bariátrica, através de lei e demais meios de apelo a quem de direito.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 16, de 2015, de autoria da deputada Beth Sahão. Cria o Fundo Estadual Emergencial de Combate a Epidemias.

2 - Projeto de lei nº 17, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Dispõe sobre a proibição do uso de "drone/vant" em todo e qualquer ambiente fechado com aglomeração de pessoas no Estado.

3 - Moção nº 5, de 2015, de autoria da deputada Sarah Munhoz. Apela para o Sr. Presidente do Congresso Nacional para que seja votado e aprovado projeto de lei que criminaliza o trote nos estabelecimentos de ensino superior.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 14, de 2015, de autoria do deputado Enio Tatto. Dispõe sobe a criação e implantação da Faculdade de Tecnologia - FATEC no município de Franco da Rocha, como Unidade de Ensino do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza".

2 - Projeto de lei nº 15, de 2015, de autoria do deputado Dilmo dos Santos. Autoriza o Poder Executivo a criar o "Regime Assistencial Especial de Atendimento de Emprego e Renda" às mulheres vítimas de violência conjugal no Estado.

4ª Sessão

Projeto de lei nº 13, de 2015, de autoria do deputado Sebastião Santos. Declara de utilidade pública a "Associação de Amigos da Biblioteca Pública - AABIP", em Ourinhos.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 11, de 2015, de autoria do deputado Orlando Morando. Revoga o § 1º do artigo 1º da Lei 15.626, de 2014.

2 - Projeto de lei nº 12, de 2015, de autoria do deputado João Caramez. Dá a denominação de "Diretor Geral Sampaio Dória" ao imóvel sede da ARTESP, na Capital.

3 - Moção nº 4, de 2015, de autoria do deputado Marco Aurélio de Souza. Apela para o Sr. Presidente do Senado Federal e líderes partidários no sentido da rápida deliberação e aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2013, alterando a Lei nº 9.277, de 1996, para dispor sobre cobrança de pedágio.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 296, de 2012, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a associação "Serviços e Obras Sociais de Presidente Prudente - SOS", naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 480, de 2013, de autoria do deputado Carlos Neder. Declara de utilidade pública o "Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades e Municípios Saudáveis - CEPEDOC", na Capital.

3 - Projeto de lei nº 437, de 2014, de autoria do deputado Jorge Caruso. Declara de utilidade pública a "SSPV - Sociedade de São Vicente de Paulo - Vila Vicentina" em Lorena.

4 - Projeto de lei nº 525, de 2014, de autoria do deputado José Bittencourt. Declara de utilidade pública o Centro de Reabilitação Social de Vidas "Projeto Samambaia", em Mongaguá.

5 - Projeto de lei nº 825, de 2014, de autoria do deputado Baleia Rossi. Declara de utilidade pública a "Casa Santo Expedito", em Bebedouro

6 - Projeto de lei nº 833, de 2014, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Declara de utilidade pública a "União Severinense de Educação e Cultura - UNISEV, em Severínia.

7 - Projeto de lei nº 861, de 2014, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública a "Associação Projeto Esperança Criança e Família", em Taubaté.

8 - Projeto de lei nº 914, de 2014, de autoria do deputado Chico Sardelli. Declara de utilidade pública o "Grupo TUMM - Todos Unidos Mudaremos o Mundo", em Mococa.

9 - Projeto de lei nº 1165, de 2014, de autoria da deputada Célia Leão. Declara de utilidade pública a "Casa Renascer", em Guariba.

10 - Projeto de lei nº 1258, de 2014, de autoria do deputado Afonso Lobato. Declara de utilidade pública o "Lar de Idosos Vicente de Paulo de Caçapava", naquele Município.

11 - Projeto de lei nº 1298, de 2014, de autoria do deputado Orlando Bolçone. Declara de utilidade pública a "Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Paulo de Faria", naquele Município.

12 - Projeto de lei nº 1317, de 2014, de autoria do deputado Barros Munhoz. Declara de utilidade pública a "Associação dos Produtores Rurais da Região de Osvaldo Cruz", naquele Município.

13 - Projeto de lei nº 1323, de 2014, de autoria do deputado Ulysses Tassinari. Declara de utilidade pública o "Centro Terapêutico Cristão Salva Vidas", em Itapeva.

14 - Projeto de lei nº 1339, de 2014, de autoria do deputado Barros Munhoz. Declara de utilidade pública o "Centro Pró Autista de Desenvolvimento Tecnológico de Políticas Públicas e Sociais - CPA Social", na Capital.

15 - Projeto de lei nº 1349, de 2014, de autoria do deputado Adilson Rossi. Declara de utilidade pública a "Fundação do ABC - FUABC", em Santo André.

16 - Moção nº 83, de 2013, de autoria do deputado José Bittencourt. Protesta contra a edição do Provimento CGJ nº 17/2013, que autoriza e implementa a mediação e a conciliação extrajudicial no Estado de São Paulo e insere o item 44.2, na Subseção I da Seção III do Capítulo XIII do Tomo II das Normas de Serviço da Corregedoria-Geral da Justiça, e apela para o Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado no sentido de que solicite ao Senhor Corregedor-Geral da Justiça a revogação do referido ato normativo.